Gastos sociais

(Não Assinado)

Antonio César Gargioni Néry

A busca de eficiência na utilização do dinheiro público é essencial no Brasil, pois cerca de 21% do Produto Interno Bruto (PIB) estão comprometidos com a área social, conforme estudo do chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE-FGV, economista Marcelo Néry. Hoje, o coração e as veias da política social brasileira são os mecanismos de transferência de recursos do governo federal para municípios e estados. Obviamente, o gasto de dinheiro resulta em melhoria das condições de vida locais. Contudo é importante abrir os olhos da política social através da criação de mecanismos de monitoramento do orçamento social, não somente para verificar se ele está realmente sendo empregado nas áreas previstas, mas, principalmente, para avaliar em que medida está melhorando a situação da população. É preciso ir além da análise da probidade das contas. Não basta saber quanto foi investido, é preciso mensurar o resultado alcançado, de forma a abrir os canais para que os recursos públicos cheguem às áreas que oferecem maiores retornos à sociedade. A descentralização é fundamental para financiar as ações sociais onde elas são mais necessárias e os recursos, mais escassos. Em virtude do tamanho e da heterogeneidade do Brasil, é impossível observar de Brasília as necessidades específicas em cada local do País. O governo federal dispõe de menos informação que o local sobre quem são os mais necessitados. Nada mais natural que os governos municipais sejam os responsáveis por implementar as ações sociais.

Economista e administrador público